



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 20ª Plenária do XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia

Plenária Ordinária

19 de abril de 2024

1 Ao décimo nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas e cinquenta
2 minutos, iniciou-se a Vigésima Plenária Ordinária, realizada de forma híbrida, do Décimo Nono
3 Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participou de forma presencial: Alessandra Santos de
4 Almeida, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Carla Isadora Barbosa Canto, Carolina Saraiva, Célia
5 Mazza de Souza, Clarissa Paranhos Guedes, Ivani Francisco de Oliveira, Izabel Augusta Hazin Pires,
6 Jefferson de Souza Bernardes, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina de Pol Poniwias,
7 Neuza Maria de Fátima Guareschi, Nita Tuxá, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Raquel Souza Lobo
8 Guzzo, Roberto Chateaubriand Domingues, Rodrigo Acioli Moura. Participou de forma remota:
9 Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo e Juliana de Barros Guimarães. Pedro Paulo Gastalho de
10 Bicalho inicia a reunião saudando as¹ participantes, e justifica as ausências. **Ponto 1. PLENÁRIA
11 EXTRAORDINÁRIA (Processo Sei nº 576600029.000014/2024-61).** Izabel Augusta Hazin Pires
12 apresenta o ponto lembrando que o mesmo já havia sido debatido anteriormente em reuniões do
13 Plenário, inclusive ao longo da manhã daquele dia. Durante o debate, foi pontuada a necessidade
14 de realização dos debates políticos com tranquilidade, e de registro oficial em ATA dos pontos e
15 encaminhamentos resultantes das discussões avançadas durante a manhã de hoje. Ressaltou-se a
16 necessidade de definir o que seria necessário decidir, sublinhando que as decisões estavam
17 alinhadas com processos de, periodicamente, realizar as avaliações da gestão. E que neste
18 momento há a tarefa de avaliar as funções deliberativas do plenário, as relações de confiança e
19 como estão os processos de trabalho quanto à Diretoria. Ponderou-se também que é preciso pensar
20 nos fluxos de trabalho do Conselho Federal de Psicologia e discutir os fluxos de gestão. Pedro Paulo
21 Gastalho de Bicalho pensa que devemos verificar o calendário para apontar a data da plenária
22 extraordinária que deverá contar com a participação das conselheiras, coordenação geral e as
23 gerências. Izabel Augusta Hazin Pires comentou que pode ser utilizado um dia da plenária de junho.
24 Ficou definida a data de 15 (quinze) de junho. Também ficou definido verificar a possibilidade de
25 realizar a plenária sobre ABA na mesma data. **Encaminhamentos:** 1) Será realizada plenária
26 extraordinária para a avaliação dos fluxos de gestão. A plenária será realizada no dia 15/06/2024 e
27 terá a participação das Conselheiras, dos Gerentes e da Coordenação do CFP. 2) Verificar a
28 possibilidade de colocar um ponto sobre o ABA nessa plenária. 3) Fazer uma enquete no Grupo de
29 WhatsApp da gestão para verificar a possibilidade de antecipação do dia da plenária extraordinária.
30 **Ponto 2. ALTERAÇÃO NA VICE-PRESIDÊNCIA (Processo SEI nº 576600029.000015/2024-14).** O
31 Plenário ressalta a necessidade de discutir sobre os lugares ocupados pelos membros da diretoria,
32 principalmente a vice-presidência. Destaca-se que há a preocupação com a institucionalidade,
33 notadamente porque membros deste Colegiado têm recebido notícias que quebram a confiança do
34 plenário, bem como notícias de informações que são pautadas no plenário e que aparecem em
35 outros espaços fora da formalidade, o que fragiliza a confiança institucional. Pondera-se acerca da
36 possibilidade de realizar a plenária de gestão para depois avaliar a diretoria, posicionando-se na
37 direção de que neste momento é preciso resolver e avaliar como proceder quanto à questão da
38 confiança dentro do Conselho Federal de Psicologia. Ressalta-se que é preciso achar uma forma de
39 apurar institucionalmente assuntos que estão aparecendo fora da plenária do Conselho Federal de
40 Psicologia e que situações assim têm sido reiteradas. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho perguntou ao
41 Plenário como seria feita esta apuração institucional. O Plenário lembra que houve dois

42 encaminhamentos, a saber, discutir e resolver. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho comentou que a
43 diretoria não possui poder de polícia e solicitou auxílio para resolver a demanda. Membros do
44 Plenário sugerem que uma comissão isenta deve ser nomeada, indicando que há várias formas de
45 apuração dos fatos por meio do estabelecimento de uma comissão. Sugeriu-se elaborar documento
46 formal que explique a situação, com a subsequente criação de comissão isenta para apurar os fatos.
47 O Plenário acrescentou que é importante assegurar a lisura de todo o processo e que há outras
48 questões no âmbito da governabilidade. Célia Mazza de Souza perguntou qual a diretoria que o
49 plenário deseja e pensa que a diretoria deva colocar os cargos à disposição para a discussão integral
50 de todo o processo. O Plenário argumenta que não há a necessidade de discutir novamente e
51 retoma a questão da quebra de confiança, que foi identificado o problema e que uma decisão
52 precisa ser tomada. Ressalta-se que não há a necessidade de disposição de todos os cargos,
53 somente de um. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho indica que há a proposta de realizar hoje a
54 discussão de recomposição da vice-presidência e que na plenária extraordinária do dia 15 (quinze)
55 de junho sejam discutidos todos os cargos da diretoria. Membros do Plenário ressaltam a
56 necessidade de apego à legalidade, relembram a consulta pública do Conselho Federal de Psicologia
57 e a Lei 5766/1971. Defendem que seja criado um mecanismo de tomada de decisão na data de
58 hoje. Por sua vez, membros do Plenário ponderam que a data referida para o mês de junho é muito
59 longe e que a situação deve ser decidida antes da Plenária que discute os pontos da Apaf. Para
60 alguns, o plenário poderia dar a oportunidade de que a confiança seja reestabelecida. Para outros,
61 a materialidade existe, a quebra de confiança está estabelecida, sendo necessária uma ação nesta
62 direção, sublinhando que o foco está na vice-presidente. Destaca-se que a situação deveria ser
63 decidida, e o movimento deveria ser da própria vice-presidente, colocando o cargo à disposição. O
64 Plenário pondera que a discussão parece ter sido feita tardiamente, permitindo-se que a crise
65 chegasse a este ponto quanto às mulheres negras do plenário do Conselho Federal de Psicologia. E
66 que estão aparecendo relatos de que este plenário esteja sendo racista com a figura da vice-
67 presidente que é uma mulher negra. O plenário fez um resumo de tudo que já foi discutido,
68 ponderando se deveria encaminhar alguma decisão no dia de hoje, ou no dia de amanhã, dadas as
69 especificidades políticas. Ivani Francisco de Oliveira pontuou que não colocará o cargo à disposição
70 sem que as devidas providências sejam tomadas, e que é inacreditável e inaceitável a solicitação de
71 que deixe o cargo. Izabel Augusta Hazin Pires comentou que há dois encaminhamentos a serem
72 feitos: quanto à data escolhida para encaminhamento do pleito à e quanto à permanência da vice-
73 presidência. Ivani Francisco de Oliveira considerou que precisa de um motivo e que a sua
74 destituição do cargo de vice-presidente não pode ser decidida sem ter um motivo, destacando que
75 a decisão no dia de hoje não é razoável. O plenário explicitou que o motivo é a quebra de confiança
76 e que a confiança não se refaz de um momento para outro, sublinhando a necessidade de
77 atendimento ao que pleiteia o rito institucional. Izabel Augusta Hazin Pires considerou que uma
78 votação deve ser feita: Proposta 1- a decisão deve ser tomada agora; Proposta 2 – a decisão deve
79 ser tomada no dia de amanhã; Proposta 3 – a decisão deve ser tomada no dia 15 (quinze) de junho,
80 com todos os cargos de Diretoria sendo discutidos. Em regime de votação: Proposta 1 - 4 (quatro)
81 votos; Proposta 2 – 6 (seis) votos; Proposta 3 – 8 (oito) votos). Após longo debate sobre a revisão da
82 data do dia 15 de junho, com a ponderação acerca da data da Apaf, que será em maio, Pedro Paulo
83 Gastalho de Bicalho argumentou acerca da necessidade de deliberação em termos do caráter de
84 urgência do pleito trazido pelo Plenário e colocou em votação: Dessa forma, o Plenário posicionou-
85 se da seguinte maneira: Proposta 1- Urgência: 13 (treze) votos. Proposta 2- dia 15 (quinze) de
86 junho: 6 votos. O ponto foi interrompido, uma vez que havia a necessidade de apreciação de outro
87 ponto, o qual contava com a participação de convidados. **Ponto 3. PL 1214/2019 - DISPÕE SOBRE A**
88 **JORNADA DE ATÉ 30 HORAS PARA AS/OS PSICÓLOGAS/OS. (Processo Sei nº**
89 **57660034.000004/2019-16).** Cleonice Dornelles (Aspar) contou que o Relator da CFT que aprecia a
90 adequação financeira ou o orçamento da proposição está com o parecer pronto e consulta o CFP se
91 já pode apresentá-lo. Comentou que o DIEESE fez estudos sobre a viabilidade da jornada de até 30
92 horas para as psicólogas e vem apresentar ao plenário. Procedeu à apresentação dos convidados.
93 Participação presencial do senhor Victor Gnecco Soares Pagani do DIEESE para Exposição dos
94 estudos sobre os impactos orçamentários-financeiros advindos da implantação da jornada de
95 trabalho de 30 horas e do piso nacional. Participação remota: Federação Nacional dos Psicólogos
96 (FENAPSI): Vânia Maria Machado, Presidente, Fernanda Lou Sans Magano, Secretária-Geral, Marly

97 Terezinha Perrelli, Secretária de Relações de Trabalho, Tamara Levy Valente de Carvalho da Silva da
98 Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT): Juliana Porto, Presidente.
99 Victor Gnecco Soares Pagani (convidado) comentou que foram feitos 3 (três) estudos e procedeu à
100 explanação destes. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que a categoria tem a expectativa
101 de vinculação do piso salarial e das 30 horas, sendo esta uma expectativa histórica, e que o estudo
102 foi realizado justamente para pensar as estratégias. Mas, pontuou, que há gargalos diferentes e que
103 o PL sobre o Piso Salarial terá mais dificuldades de articulação devido ao impacto político e
104 financeiro nos municípios e que há de se pensar na viabilidade da incidência política. Considerou
105 também que vivemos em um momento de precarização dos serviços e que as 30 horas é impopular
106 para os serviços e questionou como apresentar o pleito de forma a contemplar a valorização da
107 categoria. Sugere que seja feita uma proposta de valorização da categoria. Izabel Augusta Hazin
108 Pires perguntou se estes números apresentados são viáveis na apresentação, tramitação e
109 aprovação das propostas no poder executivo. Rodrigo Acioli Moura disse que atualmente 80%
110 (oitenta por cento) das psicólogas são dedicadas à clínica e que estas não entram nesta pesquisa e
111 perguntou se é possível fazer um estudo com as psicólogas que atuam de forma autônoma. Victor
112 Gnecco Soares Pagani (convidado) comentou que não conhece a base de dados da Receita Federal e
113 que parte dessa base de dados não é pública, não possibilitando de início a análise das informações,
114 nesse sentido, teria que verificar na LGPD se o acesso aos dados é permitido. Juliana Porto
115 (convidada) disse que a pesquisa do Dieese está em consonância com o Censo da Psicologia
116 Brasileira. Jefferson de Souza Bernardes questionou se há uma estratégia de qual PL será
117 apresentado primeiro, se o PL do piso salarial, ou se o PL das 30 horas, e que seria interessante
118 identificar quais os municípios que sofreriam maior impacto. Sobre as 30 horas comentou que o
119 impacto seria a abertura de mais cargos e que se corre o risco de precarização do trabalho.
120 Fernanda Magano (convidada) ponderou que, no início, os dois PLs estavam juntos e que agora
121 estrategicamente o Piso está sendo mais considerado. Falou sobre o imposto sindical e que a
122 perspectiva de uma campanha de valorização profissional é fundamental. Victor Gnecco Soares
123 Pagani (convidado) comentou sobre as reduções de jornada e o ritmo de trabalho. Antônio Virgílio
124 Bittencourt Bastos falou sobre o Censo da Psicologia Brasileira, destacou ser pertinente desagregar
125 os dados somente para as psicólogas assalariadas, e que sendo decretada uma Lei que regula o piso
126 salarial ou a jornada de 30 horas semanais, esta irá atingir as psicólogas registradas como tal. Por
127 fim, ressalta que é importante implementar políticas de saúde do trabalhador. Maria Carolina
128 Fonseca Barbosa Roseiro perguntou se o maior impacto para os municípios está no PL da jornada de
129 30 horas semanais ou no do Piso Salarial. E considerou que para a incidência municipal a carga
130 horária teria pouco impacto. Disse também que é preciso verificar as outras áreas, tais como o
131 serviço social e a educação, por exemplo. E considerou que é preciso um tempo para avaliar as
132 estratégias para verificar a incidência junto aos movimentos sindicais. Vânia Maria Machado
133 (convidada) disse que ficou preocupada com a ideia de ter passado uma impressão de
134 desqualificação dos dados do estudo com a classificação do CBO em que aparecem os psicanalistas.
135 Sugeriu a realização de *live* para a divulgação dos estudos e evidenciamento das dúvidas. Antônio
136 Virgílio Bittencourt Bastos disse que a classificação da CBO é antiga e ultrapassada, e está na agenda
137 da articulação do Conselho Federal de Psicologia com o Ministério do Trabalho para verificar a
138 possibilidade de atualização. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho comentou que o estudo é bem vindo
139 e que é preciso estratégias de como dialogar com a categoria e com o parlamento. A estratégia de
140 diálogo com a categoria passa necessariamente pelas duas pautas caminharem conjuntamente. Em
141 relação à estratégia de dialogar com o parlamento, comentou sobre o descompasso entre as
142 psicólogas na RAIS e o descompasso de psicólogas no mundo, e que isso pode ser um ponto de
143 articulação com o parlamento. Victor Gnecco Soares Pagani (convidado) pensa que pode ser feito
144 um detalhamento maior dos dados. Vânia Maria Machado (convidada) pediu um exemplar do
145 Censo da Psicologia Brasileira. Fernanda Lou Sans Magano (convidada) pensa ser interessante o
146 estabelecimento de um Grupo de Trabalho com as entidades: Conselho Federal de Psicologia,
147 Fenapsi e SBPOT. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho considerou interessante o encaminhamento de
148 constituir um Grupo de Trabalho e que pelo Conselho Federal de Psicologia podem compor Antônio
149 Virgílio Bittencourt Bastos e Célia Mazza de Souza. **Encaminhamentos:** 1) Constituir um grupo de
150 trabalho, formado pelo CFP (Conselheiro Antônio Virgílio Bittencourt Bastos e Célia Mazza de
151 Souza), FENAPSI e SBPOT para pensar em estratégias de diálogo com a categoria e com o legislativo.

152 2) Enviar uma cópia do Censo da Psicologia para a FENAPSI. Retomada do **Ponto 2. ALTERAÇÃO NA**
153 **VICE-PRESIDÊNCIA (Processo SEI nº 576600029.000015/2024-14)** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
154 informou que este ponto será retomado na data de amanhã, dado o adiantado da hora. O primeiro
155 dia da reunião plenária foi encerrado às dezoito horas e quarenta e três minutos. Esta ata foi
156 lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todas as
157 presentes nomeadas. _____
158

Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 23/08/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 23/08/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 23/08/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 23/08/2024, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 23/08/2024, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 23/08/2024, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira(o) Suplente**, em 23/08/2024, às 21:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o)**, em 24/08/2024, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 25/08/2024, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 26/08/2024, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 26/08/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 26/08/2024, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira(o)**, em 26/08/2024, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 26/08/2024, às 22:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 27/08/2024, às 03:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 27/08/2024, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira(o)**, em 28/08/2024, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 29/08/2024, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 30/08/2024, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1766729** e o código CRC **4AFC6EDF**.